

AS CONTRADIÇÕES EXPRESSAS NOS DISCURSOS SOBRE INCLUSÃO/EXCLUSÃO

ARAUJO, Débora Cristina de – UFPR
araujo.debbora@gmail.com

Área Temática: Formação de Professores
Agência Financiadora: Não contou com financiamento

Resumo: O presente artigo pretende discutir como práticas contraditórias são encontradas em discursos informais de uma turma de pós-graduação, cujo tema de estudo era inclusão e exclusão. A defesa pelo estudo crítico de tal assunto, embora permeasse as pesquisas de todos os membros da turma analisada, não se apresentou condizente com a postura destes frente ao Outro, ao diferente. O artigo estrutura-se em três partes: a primeira trata de conceitos contraditórios acerca das desigualdades raciais no Brasil, demonstrando que o discurso sobre igualdade, disseminado pelo mito da democracia racial, sofreu “atualizações” por meio, sobretudo, dos estudos acadêmicos, que associam constantemente a desigualdade estrutural do país ao conflito de classes e não ao racial. A segunda parte trata das falácias argumentativas em que ora a inclusão é defendida e ora veementemente combatida, sem a explicitação dos critérios. A terceira parte, dividida em dois sub-tópicos, apresenta o perfil da turma analisada, o diálogo apontado neste artigo como preconceituoso e sua micro-análise discursiva. No primeiro sub-tópico discute-se sobre alguns aspectos evidenciados na postura dos participantes: a crítica feita ao “politicamente correto” como sendo uma “polícia do pensamento” e não uma forma de reconhecimento de que a linguagem reproduz preconceitos e, portanto, precisa ser combatida; a atitude de alguns dos presentes no evento que se incomodaram com a manifestação preconceituosa, mas preferiram ou aguardar uma tomada de atitude de outrem ou resignar-se em seus estigmas. O segundo sub-tópico, embasado nos estudos de van Dijk (2000; 2008), analisa que o racismo manifestado por meio do discurso obedece a estruturas rígidas que também são evidenciadas no diálogo em questão. Deste modo, a conclusão aponta para a necessidade constante de se estudar tais discursos como forma de combate ao racismo, sobretudo porque o campo da educação pode ser o responsável pela reprodução ou superação de práticas discriminatórias.

Palavras-chave: Discurso; Inclusão/exclusão; Racismo; Desigualdade.

Introdução

“La cuestión es tratar de determinar de qué se habla cuando se reivindica la igualdad” (PERONA, 1995, p. 42). A discussão em torno da inclusão/exclusão pode ter nesta afirmativa o seu eixo de estudo e análise. Quando um grupo humano reivindica sua “igualdade” de direitos, o que efetivamente está reivindicando?

Por muito tempo, por exemplo, “o mito da democracia racial” buscou no discurso de que “todos são iguais”, a produção, no imaginário coletivo, de que não havia desigualdades entre negros e brancos no Brasil:

O mito da democracia racial, baseado na dupla mestiçagem biológica e cultural entre as três raças originárias, tem uma penetração muito profunda na sociedade brasileira: exalta a idéia de convivência harmoniosa entre os indivíduos de todas as camadas sociais e grupos étnicos, permitindo às elites dominantes dissimular as desigualdades e impedindo os membros das comunidades não-brancas de terem consciência dos sutis mecanismos de exclusão da qual são vítimas na sociedade (MUNANGA, 2004, p. 89).

Tal discurso, embora encontrasse respaldo na Constituição Federal, rapidamente passou a ser contestado e, atualmente, para se discutir *igualdade* e *desigualdade*, *inclusão* e *exclusão* é preciso levar em conta, entre outros aspectos, a carga semântica implícita nestes vocábulos para, a partir daí, estabelecer o que se quer dizer ao utilizá-los.

Ainda hoje, em situações cotidianas na escola, uma das maneiras mais “eficazes” de se evitar um conflito racial é a utilização de expressões: “Você não pode brigar com seu coleguinha! Afinal de contas, somos todos iguais, (somos todos filhos de Deus).” Esse argumento, além de servir para evitar enfrentamentos mais agressivos, reitera o ideal da “democracia racial”, reproduzindo a idéia de que se há problemas de desigualdade na sociedade brasileira, relacionam-se especificamente à pobreza.

Não obstante, este último tem sido o discurso mais “atualizado” sobre relações raciais no Brasil. Construiu-se no bojo do mito da democracia racial, passando por discussões teóricas do materialismo histórico e hoje impera como verdade quase absoluta, ocupando, inclusive e principalmente, os estudos acadêmicos. Como reforço deste discurso, a academia contribuiu acrescentando outro: a luta de grupos minoritários, além de produzir conflitos internos, representa o enfraquecimento da luta maior que é romper com as estruturas capitalistas. É o que nos mostra Adreana Dulcina Platt (2004):

Torres¹ [...] analisa que os debates sobre a raça, etnia, gênero (e a estes podemos acrescentar todos os demais grupos que perscrutam a igualdade de direitos) são cada vez mais focadas, uma vez que, no discurso pós-moderno estas categorias serão mais bem definidas por meio da fragmentação dos tipos sociais. Torres nos lembra com propriedade que o conceito marxista de classe possuía a peculiaridade de seu universalismo e a condição de que a classe trabalhadora sobrepujasse as classes média e alta. A diferença de classe era algo mais que o ‘*reconhecimento das*

¹ TORRES, Carlos A. **Democracia, Educação e Multiculturalismo**: dilemas da cidadania em um mundo globalizado. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

diferentes trajetórias de socialização e experiência'. Desta forma, sintetizamos a crítica neomarxista, que entende todos os movimentos realizados pelos grupos minoritários como movimentos que enfraquecem as bases das estratégias coletivas na busca da modificação dos condicionantes sociais, mesmo que se compreenda a necessidade que tais grupos têm do reconhecimento social de suas subjetividades e materialidades enquanto *'sujeitos de identidades suprimidas e colonizadas (...), e em celebrar suas inevitáveis diferenças'* (PLATT, 2004, p. 32, grifos da autora).

Abordar, nesta perspectiva, discussões outras que não sejam as de classe, significa estar contra esta luta e compactuar com a alienação conferida pelo capitalismo. A ortodoxia imposta por esta corrente teórica ignora, conscientemente, as diversas identidades da classe trabalhadora. Em “movimentos que enfraquecem as bases [...] mesmo que se compreenda a necessidade que tais grupos têm do reconhecimento social [...] enquanto ‘sujeitos de identidades suprimidas e colonizadas (...), e em celebrar suas inevitáveis diferenças’”, percebe-se uma postura hegemônica, aspecto inclusive combatido teoricamente pelos grupos desta vertente. Contradições como esta são constantemente encontradas nos discursos sobre “a luta de classes”.

São de micro-análises de contradições ideológicas, por meio do discurso, que este artigo se sustenta. Como pensar em dirimir a desigualdade quando na postura dos sujeitos que a defendem, refletida discursivamente, ela se faz vigente? Como defender equidade de direitos a todos os grupos humanos, independentemente da sua origem étnica, geográfica, religiosa, etc., tal como propõem as “letras mortas” da Lei magna brasileira? É desta perspectiva que constataremos que a prática não se manifesta da forma desejada, mesmo entre pares que discutem desigualdade.

As falácias discursivas: “inclusão que exclui”

Pensar a exclusão (em decorrência da desigualdade) sob o viés sociológico representa a abertura de uma gama de análises que pode tratar-se de exclusão direcionada a grupos humanos, a orientações sexuais diferentes do padrão, a segmentos religiosos e a outras várias possibilidades. Mesmo concordando com Avelino da Rosa Oliveira (2004) quando diz que “[n]a maioria das ciências sociais [o termo exclusão] é empregado como se fosse um conceito científico de uso corrente, que já não mais precisasse ser definido” (p. 160), este artigo não tem a pretensão de discorrer sobre o conceito de exclusão que não seja o processo em que um segmento humano ou social tem/recebe privilégios, de modo “naturalizado” ao longo da

história, em detrimento de outros. Nesse sentido, a avaliação do caráter excludente por meio do discurso enfocará as manifestações em que grupos humanos (por sua origem étnica) são encarados como os Outros: nas palavras de Eric Landowski (2002), “aquele[s] que nasce[m] social, política e moralmente da crise da relação entre identidade e alteridade” (p. 12).

Diante de políticas afirmativas instituídas inicialmente no governo Fernando Henrique Cardoso e tendo continuidade no governo Lula, discussões e estudos acerca das desigualdades no país têm-se intensificado nos meios acadêmicos. Tais discussões fazem parte de dois grupos: as extremamente polêmicas, como a política de cotas para negros e negras em vestibulares e concursos públicos, e as “justificáveis”, como o Estatuto do Idoso e a Lei Maria da Penha. Analisando inicialmente como os discursos sobre inclusão assumem significados diversos dependendo da dimensão política, social, cultural e econômica que esta [a inclusão] adquire, partimos da tão pronunciada expressão “incluir para excluir”. Ao observarmos em quais contextos esta expressão se faz presente, podemos comparar os graus de aceitabilidade ou discordância da inclusão, ou dita de outra forma, a reversão da exclusão.

Analisando a história da mulher na sociedade ocidental, por exemplo, obviamente constataremos a desigualdade no tratamento e acesso a bens, ao conhecimento e aos seus direitos de cidadãs. Concordaremos que a violência da qual este grupo foi/é vítima, seja ela psicológica ou física, precisa ser combatida e superada para a construção de uma sociedade em que as diferenças entre os gêneros não resultem mais em desigualdades (PERONA, 1995). Da mesma forma, a defesa ao “Estatuto do Idoso” não encontra grandes resistências por haver, na sociedade atual, o reconhecimento dos direitos de pessoas idosas.

Em duas situações talvez não se perceba tanta unanimidade. A primeira refere-se à legislação que protege a criança e o adolescente. Devido aos “efeitos colaterais” que tal lei trouxe para a estrutura familiar, escolar, de segurança pública, da sociedade em geral e da própria identidade dos grupos por ela amparados, em alguns casos, nos discursos corriqueiros do cotidiano, é possível perceber posicionamentos extremamente contundentes e críticos tanto contra quanto a favor. Outra relação ambígua é a inclusão de deficientes em escolas de ensino regular. Muitos concordam que a presença de estudantes deficientes inseridos no grupo “normal” é necessária, considerando que pessoas com deficiência não devem ser privadas do convívio com qualquer grupo que seja. Porém, dois aspectos são argumentados por quem é contra ou parcialmente contra: o tipo de deficiência e as políticas de inclusão vigentes. Incluir cegos e cadeirantes é diferente de incluir surdos e deficientes mentais, por exemplo. Quando

esta inclusão implica custos adicionais para o orçamento do órgão gestor, a resistência é maior ainda. No que se refere às políticas de inclusão apresentadas pela legislação educacional brasileira, encontramos a maior consistência argumentativa, no sentido de apontamentos sobre situações como: currículos adaptados apenas teoricamente; educadores e educadoras sem formação para lidar com a heterogeneidade de deficiências; espaços educacionais incompatíveis com todas as deficiências; falta de material didático e de apoio pedagógico sobre/para deficientes, etc. Enfim, no conjunto de justificativas à idéia de “inclusão que exclui” torna-se, se não adequada, pelo menos justificada.

Mas não é só quando se trata de falta de estrutura física ou de formação pedagógica que a expressão “inclusão que exclui” é aplicada. Ao discutir as políticas afirmativas de inclusão de afro-brasileiros nas universidades públicas, por exemplo, a idéia de inclusão como recurso de reparação é minimizada frente aos posicionamentos que vão desde a célebre frase “entrar pela porta dos fundos” até adesivos em carros “Você levaria seu filho doente a um médico que passou pelas cotas?”.

Há quem possa dizer que não passam de palavras vazias, de letras mortas que não implicam em nenhuma conseqüência substancial. Da mesma forma que o argumento de que os “modismos” propostos quando se substitui *o homem* por *a humanidade* ou por *o homem e a mulher* não influenciam em nenhuma mudança de comportamento por serem apenas expressões orais de algo que é muito mais estrutural (o sexismo). Mas será realmente que os discursos proferidos aleatoriamente são inofensivos, não abalam a estrutura social?

Viviane de Melo Resende e Viviane Ramalho (2006), ao apresentarem uma ampla revisão de literatura acerca da Análise do Discurso Crítica, apontam para:

Entender o uso da linguagem como prática social implica compreendê-lo como um modo de ação historicamente situado, que tanto é constituído socialmente como também é constitutivo de identidades sociais, relações sociais e sistemas de conhecimento e crença [...] o discurso é moldado pela estrutura social, mas é também constitutivo da estrutura social (p. 26-27).

Norman Fairclough (2001), um dos precursores desta vertente lingüística, afirma que “[o]s discursos não apenas representam entidades e relações sociais, eles as constroem ou as ‘constituem’”. (p. 22, grifos do autor). Desta forma, a discussão em torno de expressões carregadas de pré-concepções ou de juízos de valor equivocados pode ser o indício de que representações e conceitos foram construídos negativamente acerca de alguém ou algo, mas

também é possível inferir que o discurso ao reproduzir, constrói e possibilita aos novos ouvintes (ou às novas gerações) novos significados também equivocados.

Inclusão: só para os meus?

O diálogo expresso a seguir aconteceu em um grupo de alunos de pós-graduação, durante o intervalo de uma aula da qual seu tema central (bem como de toda a disciplina) era a inclusão/exclusão. É preciso ressaltar que o diálogo expresso neste artigo, bem como os outros exemplos discursivos são, em parte, originários de situações em que inicialmente não havia a intenção de formalizar a análise e outros fazem parte de conversas informais, posicionamentos pessoais ouvidos em diversos locais, como trabalho, escola, ônibus. Porém todos condizem com informações reais.

Antes desta apresentação, faz-se necessário alguns apontamentos pela escolha de tal exemplo. Ao ingressar em uma disciplina de pós-graduação cujo objeto de estudo seja a inclusão/exclusão, grosso modo espera-se que as discussões ali presentes sejam pertinentes ao reconhecimento de tal processo na sociedade. No entanto, como somos frutos de uma sociedade contraditória, nossas análises sobre ela por vezes também o são, refletindo-se em discursos diversos acerca de grupos discriminados, dependendo do grau de envolvimento de cada sujeito.

E embora isso não devesse ocorrer pelo fato de este grupo estar tratando de uma análise acadêmica sobre inclusão/exclusão, isso não impediu que comentários carregados de pré-conceitos e resistências frente ao Outro fossem manifestados. E é justamente por assumir tais posturas, que esta pesquisadora, ao também assumir a sua, posiciona-se, a partir daqui (quando necessário), em primeira pessoa, revelando-se um dos membros do grupo em questão.

Como não há a pretensão de apresentar-me neutra para estabelecer o rigor científico, neste artigo posiciono-me e enfatizo a tal posição por ser uma pesquisadora cujo objeto de estudo não se estabelece no campo da neutralidade: estudar relações raciais quando se faz parte do grupo estudado cria uma rede paradoxal tão complexa, porém inegável de rigor científico. Se porventura me condeno pelo excesso, por outro lado eximo-me pelo conhecimento, por ser uma especialista de um assunto antes mesmo de teorizá-lo. Afinal,

[...] apresentaremos perspectivas, avaliaremos e hierarquizaremos valores, sabendo que não podemos fazê-lo neutramente, desvinculados de nossas crenças. Entendemos que valorar é preciso na construção de um projeto ético coletivo (MOITA LOPES; FABRÍCIO, 2005, p. 243).

Para caracterizar melhor o perfil da turma e as reações das pessoas ali presentes, algumas informações fazem-se necessárias: a turma, pequena, era composta por seis pessoas, sendo cinco mulheres e um homem. Dentre estes, duas pessoas (incluindo o homem) eram alunos de doutorado e as demais do mestrado e/ou disciplina isolada. Não havia, porém, estabelecimento oficial de hierarquia entre os grupos ali divididos (doutorandos e mestrandos ou matriculados regularmente e de disciplina isolada). As profissões ali variavam entre psicóloga, advogada, psicopedagoga, professoras e professor. Diante do pertencimento étnico, os grupos – que não se manifestaram por auto-declaração – sob o olhar desta pesquisadora, eram quatro brancos, uma nipo-brasileira e eu, a única fenotipicamente negra. Os temas de pesquisa destes estudantes eram variados mas, em certa medida, todos iriam discutir alguma espécie de exclusão.

Desta forma, o meu estudo como pesquisadora de um processo histórico que desembocou em desigualdades estruturais, embora apresentasse desconhecimento de algumas outras formas possíveis de exclusão (a de superdotados, por exemplo), não expressava resistência explícita, considerando que havia, ou pressupunha-se haver um olhar de sensibilização, em que, comumente, os discriminados buscam aproximação. Tal postura aparentemente também se revelava entre os demais; embora frases como “inclusão que exclui” associada a cotas para negros fosse comum, a perspectiva da exclusão/inclusão era igualmente discutida para todos os grupos. Aqui, torna-se importante ressaltar uma perspectiva que se buscava como objetivo da disciplina da qual cursávamos: aprofundar o conceito de exclusão e desvinculá-la da idéia genérica da qual foi construída. Uma afirmação notável define bem tal proposta – e que não vai contra a discussão deste artigo – o uso do termo “exclusão” que tem sido “empregado por quase todo o mundo para designar quase todo o mundo” (OLIVEIRA, 2004, p. 160).

Porém, não é por entender que o fato de *exclusão* ter sido generalizado que (pelo menos é o que ficava evidente pela ementa da disciplina e pelos textos lidos) portanto dizia respeito mais a um grupo do que a outro. E muito mais: o “olhar de sensibilização” deveria ser adotado por todos os presentes para estabelecer o reconhecimento da necessidade de se discutir academicamente tal assunto.

Durante a comemoração do aniversário de uma das estudantes, aconteceu o seguinte diálogo:

1 _ Trouxe uma nega-maluca.

T _ Humm...

1 _ Não sabia se todos gostavam de...

2 _ Olha, que isso é preconceito...

(Todos me olharam...)

(Continuando a me servir como os demais, eu ignorei.)

1 _ ...de nega-maluca, então trouxe um bolo de maracujá.

3 _ Vocês viram na coluna do (sic) em que ele disse que agora não é mais nega-maluca, é “afro-descendente maluca”!

Todos: risos.

4 (Dirigindo-se para mim)_Olha aí, olha aí, você não vai fazer nada?

Eu (respondendo) _Deixa, to anotando tudo, to fazendo a análise dos discursos aqui. Depois da outra professora que iniciou a palestra falando em “samba do crioulo doido” nada mais me espanta.

4 _ Não, não é maluca. Então vai ser “afro-descendente com distúrbios mentais”!

Todos: risos.

2 _ E “Neguinho da Beija-Flor”, como é que fica? “Afro-descendente da Beija-Flor”?

Todos: risos.

O assunto se dispersa.

Legenda: 1, 2, 3 e 4: Estudantes; T: Todos.

Diante de tal contexto, alguns aspectos podem ser analisados: primeiro, a concepção estereotipada do uso do “politicamente correto” como forma de “correção” de representações negativas; segundo, a necessidade de algumas pessoas presentes em me apoiar e; por último, a total sensação de liberdade expressa pelos comentários dos presentes, dando indicativos de que não havia a manifestação de preconceito e minha reação diante do diálogo.

Aprofundando mais sobre o primeiro aspecto, encontramos a crítica feita ao *politicamente correto* como sendo a “polícia do pensamento” ou “filosofia totalitária” PIASECKA-TILL (2006, p. 81). Tal crítica paira sobre a idéia de que de nada adiantará os discursos serem politicamente corretos se não houver mudanças estruturais a fim de combater a discriminação a estes grupos. Embora seja ignorado que a diferença de entonação e de escolha semântica como, por exemplo, *deficiente* ao invés de *aleijado*, *idoso* ao invés de *velho*, modificam a forma de representação de tais pessoas, o uso do politicamente correto torna-se totalmente desqualificado ou desacreditado. Não é objetivo deste artigo discorrer sobre as origens desta prática de linguagem, mas sim propor a observação de que o que se está em jogo significa bem mais que palavras ditas ao acaso, isentas de ideologia ou representações sociais. Discussões ironizantes como esta apresentada no diálogo em questão

refletem-se em total desconhecimento da construção histórica de seu país, em que a linguagem, por ser expressão primeira da inter-relação humana, simboliza o pensamento.

Um pequeno paradoxo (ou será contradição?): se simboliza o pensamento, muitos dirão, logo, realmente o uso do politicamente correto é uma polícia do pensamento. Será que por isso, então, devemos continuar utilizando expressões como o *homem* para representar a espécie, o *aidético* para representar o doente de Aids (ainda destacando AIDS em caixa-alta para dar maior visibilidade àquele/a que a tem), ou o *samba do crioulo doido* para expressar bagunça, confusão? A discussão deve realmente ser esta ou os significados que tais verbetes ou expressões apreçoam?

O segundo aspecto diz respeito à situação desconfortável dos membros do grupo sensibilizados com a discriminação. As inferências “olha aí, você não vai fazer nada?” retratam bem o que, em outras circunstâncias, a educação anti-racista comumente é encarada como “problema de negro”, devendo, portanto, ser resolvida apenas por negros/as. Ou, ainda, refletem a desestabilização, não pelo fato de uma situação preconceituosa ter se insurgido no grupo, mas sim por um do grupo Outro estar participando e exigindo, com sua presença física, olhar e expressão facial, o apoio dos sensibilizados. A idéia de desarmonia ocorre em função da existência do Outro no espaço do Nós, representando uma ameaça à ordem hegemonicamente estabelecida. Esse processo é analisado por Landowski (2002):

É neste contexto que se desenvolve doravante, aqui e ali, um discurso social da conquista ou da reconquista de uma identidade concebida como ‘ameaçada’ e que ressurgem práticas de enfrentamento sociocultural de caráter às vezes dramático que acreditávamos ter desaparecido, como se se tratasse de reduzir mais uma vez o dessemelhante – primeiramente o estrangeiro, o ‘gringo’, mas também o ‘marginal’, o ‘excluído’, o ‘transviado’ etc. – a uma posição de pura exterioridade (p. 4, grifos do autor).

O terceiro ponto de destaque tem a ver com a naturalidade com que o diálogo foi proposto (e levado adiante) e com a dificuldade de se estabelecer, da minha parte, uma postura teorizante sobre o racismo e, ao mesmo tempo, de me posicionar assertivamente. Uma possível análise parte do conceito de estigma, de Goffman (1998):

Quando normais e estigmatizados realmente se encontram na presença imediata uns dos outros, especialmente quando tentam manter uma conversação, ocorre uma das cenas fundamentais da sociologia porque, em muitos casos, esses momentos serão aqueles em que ambos os lados enfrentarão diretamente as causas e efeitos do estigma (GOFFMAN, 1998, p. 15).

Nesse sentido, o incômodo gerado por tal situação tanto para o membro estigmatizado (eu) quanto para os sensibilizados surge posteriormente a outro: o fato de existir um estigma do qual mereça, inclusive, ser comentado. A presença do estigma, ao alimentar um diálogo, reforça-o, impossibilitando ao estigmatizado a sua negação ou, como estamos tratando de um espaço acadêmico, sua teorização.

Até o momento anterior ao diálogo, este estigma se fazia reconhecido apenas exteriormente às discussões do grupo, generalizado e diluído nas práticas sociais. A partir do momento que sua evidenciação insere-se no grupo, o estigmatizado presente depara-se com o inesperado, perdendo o “controle da informação”. Neste momento, suas atitudes passam a condizer com o do estigmatizado, podendo ser de duas formas: “[...] a pessoa estigmatizada algumas vezes vacila entre o retraimento e a agressividade” (GOFFMAN, 1998, p. 18).

Neste caso, a alternativa escolhida pelo membro estigmatizado revelou-se como “adequada à situação”: sua atitude promoveu o restabelecimento da “ordem” imediatamente após o término do diálogo. A passividade corroborou com a idéia implícita de que discussões sobre “negro, preto, mulato, moreno” não fazem parte deste grupo se não for pelo viés folclorizado ou inferiorizante. Diante disso, Goffman apresenta uma análise que contribui com esta afirmação:

Uma vez que tanto o estigmatizado quanto nós, os normais, nos introduzimos nas situações sociais mistas, é compreensível que nem todas as coisas caminhem suavemente. Provavelmente tentaremos proceder como se, de fato, esse indivíduo correspondesse inteiramente a um dos tipos de pessoas que nos são naturalmente acessíveis em tal situação, quer isso signifique tratá-lo como se ele fosse alguém melhor do que acharmos que seja, ou alguém pior do que achamos que ele provavelmente é. Se nenhuma dessas condutas for possível, tentaremos, então, agir como ele fosse um ‘não-pessoa’ e não existisse, para nós, como um indivíduo digno de atenção ritual (GOFFMAN, 1998, p. 19, grifos do autor).

Contudo, a discussão macro, que deveria extrapolar o campo da subjetividade tanto para o estigmatizado quanto para os “normais”, era justamente a inclusão/exclusão. Como identificar neste diálogo a evidenciação dos supostos conhecimentos adquiridos no curso, se todos os membros do grupo não se faziam capazes de reconhecê-los na prática? Ou será que a inclusão é somente para o Nós, ou seja, “para os meus”? O sentido denotativo de “exclusão” caracteriza-se por exceções?

Análise discursiva: exageros ou “racismo discursivo”?

Analisando o contexto de produção do diálogo apresentado anteriormente, é possível encontrar nos estudos de Teun A. van Dijk (2000; 2008) elementos que associam práticas discursivas ao racismo estrutural:

[...] los ‘grupos internos’ expresan y adquieren conocimientos y opiniones acerca de los ‘grupos externos’, de las relaciones étnicas y de los problemas étnicos en general. Los prejuicios prevaletentes de los grupos dominantes pueden expresarse mediante el habla de los padres durante la etapa de socialización de los hijos, por medio de los libros infantiles, los textos escolares, las noticias y los anuncios publicitarios en los periódicos y la televisión, los debates parlamentarios, la propaganda política y los discursos académicos, entre otros muchos tipos de discursos (VAN DIJK, 2000, p. 241, grifos do autor).

Pode-se considerar que tal contexto insere-se, portanto, na análise do autor sobre a aquisição de informações por parte do grupo Nós a respeito dos Outros. Esta aquisição estabelece-se carregada de estereótipos e preconceitos. Com uma vasta pesquisa no campo do racismo e discurso, van Dijk (2008) aponta para os estudos sobre “estruturas e estratégias dos textos e conversas racistas” (p. 17). Tais estudos adéquam-se a esta análise.

Dentre as categorias que o autor utiliza, destacam-se alguns dos “princípios organizadores globais do racismo” (IDEM, p. 18) que se manifestam, por meio do discurso, em qualquer tipo de base ideológica, mesmo que revelado de modo sutil:

[...]
- enfatizam os aspectos positivos do Nós, do grupo de dentro;
- enfatizam os aspectos negativos do Eles, do grupo de fora;
[...]
- a repetição de pontos negativos nas histórias cotidianas;
- a expressão de estereótipos na descrição dos membros do grupo étnico;
- a escolha de pronomes demonstrativos distanciadores (‘aquelas pessoas’);
- metáforas negativas [...];
- ênfases hiperbólicas nas propriedades negativas Deles [...];
- eufemismo para o Nosso racismo: ‘descontentamento popular’;
- falácias argumentativas na demonstração das propriedades ruins Deles (VAN DIJK, 2008, p. 18-19, grifos do autor).

Destes pontos, pode-se verificar que “a expressão de estereótipos na descrição do grupo étnico” (VAN DIJK, 2008, p. 19) evidencia-se no diálogo em questão em “*nega maluca*”, ganhando amplitude estigmatizadora em “*afro-descendente maluca*” e “*afro-descendente com problemas mentais*”. Tais expressões reforçam a idéia já apresentada neste

artigo: além de reproduzir, o discurso racista serve para criar novos significados e expressões também equivocados e preconceituosos. “Temos, assim, um círculo vicioso e vemos como o discurso está crucialmente envolvido na reprodução do racismo, em geral, e na formação de ideologias subjacentes, em particular (IDEM, p. 20).

Outra constatação refere-se aos aspectos “a repetição de pontos negativos nas histórias cotidianas” e “ênfases os aspectos negativos do Eles, do grupo de fora” (IDEM, p. 18). A idéia de que “*nega maluca*”, uma expressão pejorativa criada para designar um grupo de pessoas, os Outros, esteja sendo reformulada em detrimento de uma possibilidade também irreverente e absurda (“*afro-descendente maluca*” ou “*afro-descendente com problemas mentais*”), significa para o Nós uma reprodução da crítica ao grupo que constantemente “inventa-se” como exótico, estranho, engraçado e, conseqüentemente, inferior.

Diante disso, firma-se implicitamente o racismo inserido em uma crítica ao politicamente correto. É o que o autor chamou de “falácias argumentativas na demonstração das propriedades ruins Deles” (IDEM, p. 19). Sendo apresentada eufemisticamente por meio do discurso, dificilmente as práticas racistas são caracterizadas, restando à pessoa estigmatizada, como já destacado anteriormente, algumas poucas possibilidades: o retraimento ou a agressividade (GOFFMAN, 1998).

E das “metáforas negativas” às “ênfases hiperbólicas nas propriedades negativas Deles”, van Dijk (2008, p. 19) afirma que, pelo menos no que se refere ao espaço acadêmico, tais posturas fazem-se vigentes pelo fato de os/as pesquisadores/as terem poucas experiências com o racismo, obviamente por não fazerem parte do grupo Outros. Tal afirmação aproxima-se dos conceitos de *habitus* e capital, sobretudo o cultural, que Bourdieu analisa como uma reprodução do sistema escolar e, por conseqüência, da sociedade como um todo (BOURDIEU apud MEDEIROS, 2007). Consideramos que muito mais do que ser uma reprodução, este círculo vicioso impede que as barreiras do racismo na academia sejam superadas em vista de uma educação anti-racista:

A maior parte do que os grupos dominantes brancos ‘sabem’ ou acreditam [saber] sobre a etnia dos Outros foi, portanto, formulada, mais ou menos explicitamente, em inúmeras conversações, histórias, reportagens de jornais, livros didáticos e discurso político. É também sobre essa base que as pessoas formam suas próprias opiniões e atitudes, e, a menos que haja boas razões para desviar do consenso do grupo, a maior parte dos membros reproduzirá o *status quo* étnico e adquirirá as ideologias dominantes que os legitime (VAN DIJK, 2008, p. 15, grifos do autor).

Considerações finais

A micro-análise apresentada neste artigo teve como objetivo elucidar algumas das contradições expressas nos discursos acadêmicos, inclusive naqueles que teoricamente se propõem a tratar de inclusão/exclusão. A constatação de que o racismo vem adquirindo novas configurações e que estas se manifestam nos espaços acadêmicos é um aspecto que precisa ser estudado. O campo da educação representa uma das possíveis áreas para tal estudo, por ser ela, se não capaz, contribuinte para a reprodução ou superação do racismo.

Além do discurso político e midiático, é o discurso da educação e da pesquisa o mais influente, ideologicamente falando, na sociedade. Precisamos de uma análise das estruturas e das estratégias dos gêneros do discurso pedagógico (currículos, livros didáticos, aulas, interação em sala de aula), assim como análise contextual para descrever e explicar como esses discursos contribuem fundamentalmente para a reprodução do racismo (VAN DIJK, 2008, p. 21).

Identificar o racismo, evidenciando-o por meio do discurso e desvelando suas bases contraditórias, faz parte do conjunto de reivindicações e de busca pela igualdade, não à igualdade homogeneizante, proposta pelo mito da democracia racial mas a igualdade que responde à questão inicial deste artigo: quando um grupo humano reivindica sua “igualdade” de direitos, o que efetivamente está reivindicando? A busca pela igualdade relaciona-se, principalmente, ao direito à diferença e não à desigualdade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei 11.340, de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência contra a mulher. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm>> Acesso em: 10 ago 2008.

BRASIL. Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o estatuto do idoso e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.741.htm>> Acesso em: 10 ago 2008.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1998.

LANDOWSKI, Eric. **Presenças do outro**: ensaios de sociosemiótica. São Paulo: Perspectiva, 2002.

MEDEIROS, Cristina Carta Cardoso de. **A teoria sociológica de Pierre Bourdieu na produção discente dos programas de pós-graduação em educação no Brasil (1965-2004)**. 366 f. Tese (Doutorado em Educação). Setor de Educação – Programa de pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da; FABRÍCIO, Branca Falabella. Discurso como arma de guerra: um posicionamento ocidentalista na construção da alteridade. In: **DELTA**. Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada, São Paulo, v. 21, n. Especial, p. 239-285, 2005.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica: 2004.

OLIVEIRA, Avelino da Rosa. Sobre o alcance teórico do conceito de “exclusão”. In: **Civitas**, Porto Alegre, v. 4, n. 1, jan-jun 2004, p. 159-188. Disponível em: <<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/viewFile/52/1726>>>. Acesso em: 09 ago 2008.

PERONA, Ángeles J. Notas sobre igualdad y diferencia. In: MATE, Manuel Reyes. **Pensar la igualdad y la diferencia: una reflexión filosófica**. Colección Igualdad. Fundación Argentaria. Madrid: Visor, 1995. p. 35-46.

PIASECKA-TILL, Aleksandra. Buscando significado em um corpus: PC, sexismo e suas inflexões no banco de língua inglesa do Cobuild. In: HEBERLE, Viviane; OSTERMANN, Ana Cristina; FIGUEIREDO, Débora de Carvalho. (Orgs.) **Linguagem de gênero no trabalho, na mídia e em outros contextos**. Florianópolis: UFSC, 2006. p. 177-196.

PLATT, Adreana Dulcina. **O paradigma inclusivo das políticas educacionais e o paradigma excludente das políticas econômicas nos anos 90: o constructo sócio-conceitual da normalidade/anormalidade (ou adequação)**. 161 f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade Estadual de Educação, Universidade Estadual de Campinas, SP, 2004.

RESENDE, Viviane; RAMALHO, Viviane. **Análise do discurso crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

VAN DIJK, Teun A. (Comp.) **El discurso como interacción social**. Estudios del discurso: introducción multidisciplinaria. vol. 2, Barcelona, Espanha: Gedisa, S.A., 2000.

_____. Introdução. In: _____. (Org.) **Racismo e discurso na América Latina**. São Paulo: Contexto, 2008.